

CONSELHOS MUNICIPAIS DE OSASCO



Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



RESOLUÇÃO CMS 328 de 10 de setembro de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Osasco, com base em suas atribuições conferidas pela Lei nº. 3969/05, em sua Reunião Extraordinária Nº 227 realizada no dia 10 de setembro de 2026.

RESOLVE:

- **Aprovar:** Edna Maria Brasil como presidente do Conselho Municipal de Saúde.
- **Aprovar:** Reforma Completa do Telhado do CER II – AMME
- **Aprovar:** Apresentação e Prestação de Contas da AACD
- **Aprovar:** Ata da Reunião Ordinária nº 365 de 20 de agosto de 2026

ATA TRECENTÉSIMA SEXTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO DO DIA VINTE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quinze minutos, na Sala do Conselho Municipal de Saúde, 480 Térreo – Osasco. A mesa foi presidida pela Presidente Edna Maria Brasil, que iniciou os trabalhos verificando o quórum, a presidente solicita que a conselheira e secretária executiva Rejane faça a leitura da Convocação e Pauta da Reunião **1º Ponto de Pauta:** Votação da Ata da Reunião Ordinária 364ª; **2º Ponto de Pauta:** PAS 2027 – Inclusão; **3º Ponto de Pauta:** Apresentação Plano de Contingência da Síndrome Gripal; **4º Ponto de Pauta:** Apresentação Plano de Contingência da Síndrome Gripal; **5º Ponto de Pauta:** Informes. Passamos para o **1º Ponto de Pauta:** Votação da a Ordinária 364ª. A secretária Rejane propôs uma alteração na ordem dos trabalhos, sugerindo que o conselho realizasse primeiramente a votação da ata ordinária, seguida pela apresentação do Instituto Fonte de Vida, onde a plenária segue com os demais pontos, mencionando a necessidade de aguardar a equipe completa. A Presidente Edna declarou que, caso a mesa estivesse de acordo, ela concordava com a alteração proposta. A Presidente Edna colocou a Ata Ordinária de Número 364 em processo de votação e a mesma foi aprovada com 14 votos favoráveis e 2 abstenções. Passamos ao **2º Ponto de Pauta:** Instituto Fonte de Vida. A voluntária Adriana Oliveira iniciou a exposição sobre as atividades do Instituto Fonte de Vida, relatando que atua na entidade desde sua fundação. Agradeceu ao conselho pelo espaço e informou que estava acompanhada pela Dra. Rebeca, dentista voluntária da instituição. A apresentadora explicou que o Instituto Fonte de Vida é uma organização da sociedade civil que atua há 17 anos em Osasco, oferecendo atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos, nutricionais, de fisioterapia e enfermagem. Destacou que a entidade já trouxe ao município uma “carreta da saúde”, com atendimentos de ginecologista, clínico geral, dentista e enfermeira no Rochdale. Relatou que a antiga sede funcionava em uma casa no bairro, mas as atividades foram afetadas pela pandemia e pela redução de recursos, uma vez que a instituição é mantida exclusivamente por doações e voluntários, sem parcerias financeiras com o poder público. Atualmente, o consultório funciona de forma móvel, sendo utilizado em mutirões já realizados no Jardim Roberto, Rochdale e Jardim Mutinga. A apresentadora declarou que o objetivo do registro no Conselho Municipal de Saúde é regularizar a documentação necessária para transformar uma sala ampla e climatizada da sede em consultório físico permanente, contribuindo para reduzir as filas de especialidades médicas. A conselheira Suzete parabenizou o trabalho, mas questionou se o corpo de profissionais era fixo ou eventual. A apresentadora Adriana Oliveira esclareceu que médicos e demais profissionais eram parceiros eventuais e voluntários. A conselheira Suzete observou também a ausência de informações sobre a composição da diretoria e o endereço da sede. A apresentadora Adriana Oliveira informou que o instituto era presidido por Gabriel,



Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



tendo Andreia como secretária, o Sr. Edson como vice-presidente e contando com voluntários permanentes. A conselheira Suzete solicitou à presidente Edna que, caso essas informações não constassem da documentação e do relatório de visita técnica, fossem formalmente apresentadas ao conselho. Perguntou ainda se a entidade participava de termo de fomento. A apresentadora Adriana Oliveira respondeu que não possuía termo de fomento ligado ao CMDCA, mas mantinha um único termo na área de esporte, com duração de seis meses e atualmente no terceiro mês, abrangendo atendimento físico, médico, psicológico e nutricional. O conselheiro Toninho questionou se a regularização pretendida ou tinha como objetivo prestar serviços ao município ou viabilizar a captação de recursos e emendas. A apresentadora Adriana Oliveira explicou que atendia às duas finalidades, pois diversos parceiros exigiam registro no Conselho Municipal de Saúde. O conselheiro Toninho avaliou que, com a estrutura apresentada, o instituto ainda não possuía condições de atuar como prestador direto de serviços ao município, entendendo que o credenciamento serviria principalmente para regularização e captação de recursos por emendas parlamentares. A conselheira Cristina Corredor perguntou como funcionava o atendimento de saúde mental e como era garantida sua continuidade diante da atuação eventual dos profissionais. A apresentadora Adriana Oliveira explicou que, na última segunda-feira de cada mês, era realizada roda terapêutica com psicóloga ou psicanalista e que, quando identificada necessidade de acompanhamento individual, o participante era encaminhado para atendimento por período fixo de seis meses. O conselheiro Ademir parabenizou a instituição pelo trabalho voluntário e perguntou qual era a função da apresentadora Adriana Oliveira e se ela integrava a diretoria. A apresentadora Adriana Oliveira respondeu que atuava voluntária e permanentemente como psicanalista, mas não compunha a mesa diretora. A conselheira Suzete afirmou que, embora a apresentação técnica tivesse sido adequada, a diretoria deveria estar presente na plenária, pois seus integrantes eram os responsáveis legais pela execução do projeto e respondiam civil e juridicamente pela entidade. Destacou que a ausência de representante legal dificultava respostas sobre questões estruturais e financeiras. A conselheira Mara relatou que, durante visita técnica à sede, os conselheiros foram recebidos por Márcia, da administração. Apontou necessidade de reformas estruturais e informou que a sala destinada ao atendimento infantil apresentava forte odor de cloro e mofo. Recomendou a apresentação de planejamento detalhado para reforma do espaço. A presidente Edna confirmou a existência de relatório técnico com fotos e apontamentos e concordou com a conselheira Suzete sobre a necessidade da presença do presidente ou de diretores para defender o projeto, relatou que a sede funcionava em espaço anexo a uma igreja e que as atividades pareciam misturadas; acrescentou que as salas de atendimento careciam de climatização e ventilação adequadas e apresentavam mofo, razão pela qual propôs o adiamento da votação para nova apresentação técnica. A conselheira Suzete concordou com o adiamento, ressaltando que, sem representante legal, questões sobre reformas ou formação de equipes permanentes permaneceriam sem respostas suficientes, sugerindo formalmente a suspensão da votação e a concessão de nova oportunidade de apresentação. O conselheiro Toninho apoiou a suspensão da deliberação, argumentando que os conselheiros respondiam civil e criminalmente por suas decisões e que a aprovação sem representante legal e sem conhecimento suficiente da estrutura jurídica da entidade poderia gerar riscos perante o Ministério Público. Sátiro sugeriu que os responsáveis pelo instituto consultassem o manual de emendas parlamentares recentemente publicadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Explicou que, para a legislação em saúde, atividades de caráter social diferiam de serviços de saúde, que exigiam requisitos próprios, enquadramentos específicos e registro no CNES vinculando a produção ao SUS. A presidente Edna encerrou os debates, acolheu as manifestações e determinou o adiamento da votação do credenciamento do Instituto Fonte de Vida, orientando que a entidade fosse convidada para nova apresentação



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



técnica com presença obrigatória de membros de sua diretoria. Passamos ao **3º Ponto de Pauta:** PAS 2026 – inclusão. O apresentador Sátiro realizou a abertura do tema explicando que o Ministério da Saúde opera atualmente com um sistema duplo: o Investe SUS, que gerencia os repasses financeiros federais e as emendas parlamentares, e o DigiSUS, vinculado ao eGestor, voltado ao cadastro administrativo de metas, orçamentos e prestações de contas. Ele esclareceu que os sistemas são interligados e as informações do Investe SUS exigem digitação prévia no DigiSus. O apresentador Sátiro expôs que, em fevereiro de 2026, ocorreu uma falha de comunicação técnica que impediu a subida das informações do DigiSus para o Investe SUS, deixando as emendas de 2026 travadas no plano de 2025. Diante da impossibilidade de o Ministério corrigir o erro de sistema, a recomendação oficial recebida pela gestão foi a de deletar todo o PAS de 2026 e reinseri-lo na plataforma. Ele relatou que o novo fluxo federal exige senhas apartadas para a Secretaria de Saúde e para o conselho, necessitando que a presidente Edna autorize eletronicamente o envio de dados no Investe SUS. Adicionalmente, ele propôs estender para o PAS de 2026 a Diretriz 5 (Fortalecimento da Rede de Atenção Especializada) que originalmente só existia no PAS de 2027, desmembrando-a da Diretriz 1 (Atenção Primária) para conferir maior rastreabilidade e transparência a três indicadores específicos: ampliação da oferta de consultas especializadas, ampliação da oferta de exames especializados e ampliação de Ofertas de Cuidados Integrados (OCIs). O conselheiro Michel questionou se o PAS de 2026 já estava fechado e se a inclusão da Diretriz 5, prevista para 2027, exigiria posteriormente outro plano. O apresentador Sátiro explicou que o PAS integrava o planejamento municipal quadrienal e que a Diretriz 5 havia sido incluída em 2027 para facilitar a análise técnica das propostas de emendas. Sua inclusão em 2026 permitiria unificar a série histórica e aumentar a rastreabilidade sem criar novo plano estrutural. A conselheira Ana perguntou se a adequação teria impacto no segundo semestre de 2026. O apresentador Sátiro respondeu que as novas emendas passariam a ser alocadas na pasta de atenção especializada, simplificando a prestação de contas e aumentando a segurança administrativa e técnica. O conselheiro Gabriel questionou se o conselho poderia alterar plano já aprovado por composição anterior. A presidente Edna respondeu que sim, por ser a plenária soberana. O apresentador Sátiro acrescentou que as novas composições assumiam as responsabilidades anteriores e que o PAS era um instrumento dinâmico, passível de alterações pelo conselho. A conselheira Fabiana perguntou se as novas exigências de segurança jurídica e prestação de contas estavam relacionadas ao impasse envolvendo emendas destinadas a entidades do terceiro setor, especialmente aquelas voltadas a crianças com deficiência. O apresentador Sátiro orientou a consulta ao manual de recomendações sobre emendas impositivas do Tribunal de Contas do Estado e explicou que a questão não estava no valor das emendas, mas no cumprimento dos requisitos de transparência e na apresentação adequada dos planos de trabalho. Informou que, amparada por parecer da Procuradoria Geral do Município, a Secretaria de Saúde estava devolvendo as emendas à Câmara Municipal para regularização dos planos de trabalho, memórias de cálculo e cronogramas. A conselheira Suzete explicou que a validação das emendas também passava por pareceres da Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Gestão, Controladoria Geral e Procuradoria Geral do Município, que possuíam autonomia para rejeitar propostas com inconformidades. O conselheiro Michel perguntou se o conselho poderia conhecer quais instituições indicadas para receber valores elevados estavam regulares ou incluídas nas devoluções. O apresentador Sátiro respondeu que todas as emendas impositivas daquele ano apresentavam restrições formais naquele momento e que os nomes não seriam divulgados antes da conclusão das avaliações, evitando manifestações precipitadas. Informou, contudo, que os resultados consolidados de aprovações e reprovações constariam da prestação de contas submetida ao conselho. A presidente Edna ressaltou que as deliberações e prestações de contas das emendas



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



deveriam passar pela apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde. O apresentador Sátiro confirmou que os planos de trabalho dependiam de aprovação prévia do colegiado e afirmou que não apresentaria à plenária informação fiscais inconsistentes. A conselheira Suzete relatou que o controle das emendas era anteriormente mais simples, mas que as recentes decisões do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, passaram a exigir de estados e municípios mecanismos mais robustos de fiscalização. O conselheiro Arnaldo acrescentou que os planos de trabalho passaram a exigir a definição precisa da destinação dos recursos. A conselheira Suzete elogiou a inclusão da Diretriz 5, proposta pelo apresentador Sátiro e registrou que a servidora Giovana identificou a falha de comunicação entre os sistemas federais. A presidente Edna encaminhou o ponto de pauta para votação, sendo a proposta **aprovada por unanimidade** dos conselheiros presentes. Passamos ao **4º Ponto de Pauta:** Apresentação Plano de Contingência da Síndrome Gripal. A apresentadora Marta, enfermeira sanitária e técnica da Vigilância Epidemiológica, iniciou a exposição explicando que o plano de contingência municipal de vírus respiratórios foi desenvolvido em consonância com as diretrizes e recomendações estabelecidas pelo Estado. Ela realizou uma leitura resumida dos aspectos epidemiológicos e conceituais do plano, indicando que o monitoramento abrange os vírus Influenza A e Influenza B, Coronavírus, Vírus Sincicial Respiratório (VSR), Adenovírus, Rinovírus, Parainfluenza, Metapneumovírus e Bocavírus. Ela definiu a distinção técnica entre os casos leves de síndrome gripal, caracterizados por pelo menos dois sintomas como febre referida, calafrios, dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza ou distúrbios olfativos ou gustativos, e os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), caracterizados por dispneia, desconforto respiratório, pressão persistente no tórax, saturação de oxigênio em ar ambiente inferior a 94% ou coloração azulada de lábios ou rosto. Marta exibiu um gráfico demonstrando o histórico de notificações de SRAG no município, apontando os picos ocorridos nos anos de 2020 e 2021, e destacou a redução progressiva de casos não especificados devido ao aprimoramento do monitoramento laboratorial. Ela detalhou o funcionamento do "Projeto Sentinela" no Pronto Socorro José Ibrahim – JD Abril, onde se realiza a coleta semanal fixa de exatamente 7 amostras para identificar os vírus em circulação no município e contribuir para a formulação das vacinas nacionais. Ao listar as vulnerabilidades de Osasco, ela citou a população de 740.000 habitantes apurada no último censo do IBGE e a alta densidade demográfica com grande fluxo de pessoas em trânsito pela região metropolitana. Ela explicou de forma sintetizada que as respostas municipais estão divididas de forma escalonada em três cenários: o Cenário 1 (mobilização), ativado pelo aumento de atendimentos e notificações, visando intensificar ações de investigação; o Cenário 2 (alerta), focado em evitar a evolução para uma epidemia por meio de manejo clínico e organização da assistência hospitalar com áreas de isolamento de coorte; e o Cenário 3 (epidemia), acionado quando as internações extrapolam as capacidades operacionais do município, prevendo a instauração de um Centro de Operações de Emergência (COI), suspensão de procedimentos eletivos, plantões extras e bloqueio de visitas. Por fim, ela explicou que a desativação das ações ocorrerá de maneira gradual e coordenada com base na redução sustentada de internações, óbitos e taxas de ocupação de leitos. O conselheiro Michel questionou se havia indicador ou limite técnico para isolar uma unidade hospitalar para receber pacientes respiratórios. A apresentadora Marta respondeu que o município monitorava preventivamente os atendimentos dos prontos-socorros e que as medidas de isolamento e definição de fluxos eram adotadas no Cenário 2, conforme o aumento das notificações. O conselheiro Michel perguntou se os dados da Vigilância Epidemiológica abrangiam também a rede privada. A apresentadora Marta confirmou que o monitoramento incluía o setor privado. O conselheiro Michel observou que algumas unidades privadas não realizavam regularmente as notificações compulsórias, o que poderia prejudicar a qualidade dos dados. A conselheira



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



Suzete esclareceu que a Vigilância Epidemiológica realizava monitoramento ativo todos os dias. A apresentadora Marta relatou que um hospital privado havia recebido advertência formal por não informar dados de leitos em tempo adequado. Explicou que a gestão realizava cobranças sucessivas por e-mail e telefone antes da adoção de medidas mais severas. O conselheiro Toninho perguntou por que as coletas do Projeto Sentinela eram realizadas no Pronto Socorro José Ibrahim. A apresentadora Marta explicou que a unidade possuía servidores públicos efetivos, favorecendo a qualidade metodológica das coletas, além de demanda representativa de crianças, adultos, idosos e ambos os gêneros. Acrescentou que o projeto havia sido retirado do Hospital Antônio Giglio após a interrupção do atendimento infantil. O conselheiro Toninho elogiou a escolha de servidores públicos efetivos para garantir a qualidade das coletas, afirmando que a decisão reforçava posição que já havia defendido anteriormente. A apresentadora Marta concordou com sua manifestação. O conselheiro-gestor Pedro perguntou por que a vacinação contra o sarampo tinha foco em pessoas de até 59 anos, citando seu próprio caso, aos 68 anos. A apresentadora Marta explicou que, acima dos 60 anos, havia menor risco de aquisição da doença e maior probabilidade de imunização ou exposição prévia ao vírus, razão pela qual a estratégia priorizava pessoas de até 59 anos. O conselheiro Ademir agradeceu à apresentadora Marta pela exposição e afirmou que as respostas dadas ao conselheiro Michel já haviam esclarecido grande parte de suas dúvidas. Também elogiou a organização dos três cenários e a realização das coletas por servidores públicos efetivos, em consonância com o posicionamento do conselheiro Toninho. A presidente Edna perguntou sobre a vacina destinada a gestantes e crianças e se o imunizante contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) se enquadrava nessa situação. A apresentadora Marta explicou que, em adultos, o VSR geralmente causava sintomas leves, enquanto crianças apresentavam maior risco de internação por bronquiolite, justificando a vacinação da gestante para proteger o bebê ainda durante a gestação. A presidente Edna perguntou se havia outra vacina com indicação semelhante e mencionou a vacina contra pneumonia. A apresentadora Marta esclareceu que a Pneu23 estava sendo progressivamente substituída pela Pneu20. A presidente Edna agradeceu a presença e a exposição da servidora Marta. A apresentadora Marta agradeceu o espaço concedido e encerrou sua participação. Passamos ao **5º Ponto de Pauta**. Informes. O conselheiro Michel relatou que recebeu do conselheiro-gestor Pedro informações sobre atividades terapêuticas do SECOR Parque Previdência em São Paulo. O conselheiro-gestor Pedro visitou um dos locais e sugeriu divulgar o espaço de terapia ocupacional. O conselheiro Gabriel esclareceu que o equipamento pertence à Prefeitura de São Paulo e não atende territorialmente municípios de Osasco. O conselheiro Michel pediu esclarecimentos sobre a denúncia de que, na UBS do Jardim Santo Antônio, um médico realizaria 14 atendimentos em uma hora, questionando se houve levantamento técnico, também perguntou onde obter dados oficiais das filas de especialistas, pois desenvolvia, como cidadão, projeto para captar carretas da saúde por emendas parlamentares. O conselheiro Michel relatou ainda o caso de uma criança autista nível 3, com prioridade para neurologista pediátrico, cuja guia teria sido cancelada por falta de atendimento a chamadas telefônicas, fazendo-a retornar ao início da fila, questionou se o sistema fazia esse cancelamento. O conselheiro Michel mencionou estudos anteriores segundo os quais o AME de Carapicuíba atenderia à demanda regional e questionou por que o Estado anunciava um AME em Osasco apenas naquele momento e se havia finalidade eleitoral. A conselheira Mara informou que o processo para instalação do AME havia sido assinado com o Estado em 2018, mas permanecera paralisado, e defendeu cobrança formal sobre sua implantação. A conselheira Suzete afirmou que preferia não responder à questão eleitoral por considerá-la político-partidária, mas disse que o projeto de 2018 teria sido arquivado por razões políticas, sobre as filas, a conselheira Suzete explicou que a LGPD impedia listas individualizadas, mas permitia ao cidadão consultar sua



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



classificação e o quantitativo geral no portal da transparência e informou que a secretaria preparava documentação para solicitar carretas pelo programa “Mais Especialistas” e que não forneceria dados oficiais para capitalização político-partidária. Ressaltou que o conselheiro Michel poderia articular como cidadão, mas o conselho deveria atuar tecnicamente. O conselheiro Michel reafirmou que seu projeto era pessoal e comunitário, sem vínculo partidário, e que precisava dos dados para direcionar as carretas conforme a demanda. A conselheira Suzete informou que as maiores filas eram de neurologia adulto, neuropediatria, cardiologia, oftalmologia e reumatologia, e que a prefeitura solicitava carretas de oftalmologia e cardiologia. Sobre a criança autista, a conselheira Suzete pediu os dados para averiguação e esclareceu que não havia exclusão automática, informou que o paciente retornava ao início do processo apenas quando confirmava consulta e depois faltava. A conselheira Suzete acrescentou que a Central de Regulação passava a adotar matriciamento, com consulta a médicos matriciadores antes dos encaminhamentos. Informou que o projeto de matriciamento e contra referência havia sido premiado em congresso do CONASEMS e seria apresentado ao conselho. O conselheiro Toninho relatou dificuldades de familiares de um idoso internado no Hospital Antônio Giglio para obter informações clínicas e sugeriu visita fiscalizatória e também convidou os presentes para o encontro sindical de aposentados e terceira idade sobre prevenção de quedas. A conselheira Jacksyara reforçou o convite e cobrou maior participação nas reuniões do Conselho Gestor do Hospital Antônio Giglio, informando que a próxima ocorreria em 10 de setembro, às 10 horas e também denunciou infestação de ratos no Jardim Lofredo, com risco de leptospirose, e pediu ação conjunta das Secretarias de Saúde, Obras e Limpeza Urbana. O conselheiro Gabriel esclareceu que a desratização de escolas estaduais cabia à Secretaria Estadual de Educação e que, no Jardim Lofredo, por haver mananciais e nascentes, seria necessário estudo prévio antes do uso de veneno. Defendeu também conscientização sobre descarte de lixo. A conselheira Suzete explicou que a desratização pública ocorria sazonalmente com blocos de veneno em bueiros e vias, nunca em residências ou escolas e relatou que moradores já haviam retirado esses blocos para uso doméstico e defendeu educação em saúde, pois restos de alimentos favoreciam os roedores. A conselheira Jacksyara indicou como pontos críticos as ruas João Estevão da Silva, Bombonati e Maestro Alfredo. A conselheira Fabiana informou que elaborou minuta de ofício sobre pacientes oncológicos e pediu sugestões da conselheira Suzete para melhorar a interlocução com o Estado e o atendimento da fila de oncologia. O conselheiro André questionou reclamações de servidores impedidos pelas chefias de realizar horas extras e pediu esclarecimentos sobre critérios e fundamento legal. A conselheira Suzete explicou que horas extras eram excepcionais e destinadas a necessidades temporárias de escala, diminuindo com a entrada de concursados, embora setores como SAMU e Maternidade Amador Aguiar ainda demandassem plantões adicionais, relatando ainda casos de servidores que apresentavam atestado no expediente e realizavam plantões extras à noite. Informou que a gestão passou a impedir horas extras no mês do atestado, com análise de casos agudos, e citou profissionais que trabalhavam sete dias por semana sem o repouso mínimo. O conselheiro Toninho afirmou que, conforme o CID, a realização de plantões durante afastamento poderia configurar irregularidade, disse que o sindicato defendia concursos públicos, mas reconhecia que muitos servidores recorriam às horas extras para complementar renda, e pediu análise individualizada. A conselheira Suzete respondeu que as avaliações já eram individuais, embora as decisões nem sempre agradassem aos servidores. O conselheiro Ademir agradeceu o apoio da conselheira Suzete e do Secretário de Saúde à palestra sobre Aleitamento Materno e informou que elaborava ofício sobre a aquisição de tablets para os ACS. A conselheira Suzete explicou que a licitação dos tablets estava sob responsabilidade da Secretaria de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento - SETIDE e seguia para análise orçamentária na Secretaria de Compras e Licitações. O



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



conselheiro Ademir afirmou que a falta dos tablets gerava sensação de desvalorização e destacou que grande parte da comunicação dos ACS com pacientes ocorria pelo WhatsApp. O conselheiro Michel voltou a enfatizar que seu projeto de carretas era pessoal e comunitário, sem finalidade político-partidária. A secretária Rejane relatou que, questionada sobre suposta lentidão da Saúde na liberação de emendas, defendeu que a pasta seguia as normas do Tribunal de Contas e os protocolos digitais para garantir a legalidade. A secretária Rejane também elogiou os profissionais Cláudio e Mara, do SAMU, pelo atendimento humanizado em ocorrência recente e informou que registrou o elogio pelo canal 156. A conselheira Mara informou que continuava realizando, com o conselheiro Michel, visitas técnicas semanais, relatou pedidos dos ACS por novos uniformes, protetor solar e repelente e cobrou respostas formais aos relatórios de vistoria enviados pelo conselho. A conselheira Andrea esclareceu que a distribuição de repelentes está regularizada, com duas unidades mensais por agente mediante solicitação ao farmacêutico da unidade. A conselheira Suzete informou que a licitação para protetores solares estava em andamento e que a gestão optara por coletes como uniforme por considerá-los mais práticos. A conselheira Mara respondeu que vários agentes reclamavam de tamanhos inadequados. O conselheiro Ademir relatou problema semelhante e disse que precisou ajustar seu colete. A conselheira Suzete afirmou que a maioria dos agentes havia sido atendida e orientou o encaminhamento dos casos específicos e sobre os relatórios, informou não possuir pendências e pediu à conselheira Mara a relação dos protocolos. A conselheira Suzete apresentou ao conselheiro Michel a resposta sobre a denúncia no Pronto Socorro do Santo Antônio, informando que os gráficos não confirmaram 14 atendimentos por hora e que os maiores fluxos ocorreram pelo sistema Fast Track. A conselheira Suzete agradeceu à conselheira Cristina Corredor por representar o conselho na entrega das obras do Pronto Socorro do Pestana e destacou a importância da fiscalização dos equipamentos entregues. O conselheiro André sugeriu que as inaugurações fossem informadas antecipadamente. A conselheira Suzete respondeu que os convites eram divulgados quando as datas eram confirmadas, mas os cronogramas sofriam alterações. A presidente Edna sugeriu o envio da relação de unidades em reforma ou construção para permitir fiscalização durante as obras. A conselheira Suzete acolheu a sugestão e informou reformas nos Prontos Socorros do Jardim D'Abril e Ayrosa, melhorias na Maternidade Amador Aguiar e no Hospital Antônio Giglio e futura reforma da UBS Helena Maria. A conselheira Suzete anunciou Campanha de Multivacinação em todas as UBS no sábado, 22 de agosto, das 10 às 16 horas. O conselheiro Toninho perguntou sobre o pagamento dos servidores na campanha. A conselheira Suzete confirmou hora extra com adicional de 50% ou banco de horas na proporção de um por um, conforme opção do servidor, e orientou o correto registro das horas., também anunciou ainda parceria com a Motiva Trilhos para campanhas de vacinação e ações de saúde na estação de Osasco e informou que enviaria o cronograma ao conselho. A presidente Edna informou a abertura de inscrições para capacitação do Tribunal de Contas do Estado, nos módulos Saúde e Educação, orientou os interessados na modalidade presencial e que informem seus nomes para organização do transporte e solicitou indicações para a escala de visitas técnicas. O conselheiro gestor Pedro convidou a plenária para convenção regional sobre saúde mental, em 8 de setembro, às 8 horas, no CFEFOR, com participação da conselheira Suzete, de Luciana e de Vanderléa. A conselheira Suzete confirmou presença. Às onze horas e trinta e cinco minutos encerra a reunião, a Presidente Edna Maria Brasil, agradece a participação de todos. **Eu, Rejane da Costa Oliveira**, redigi e lavrei a presente ata. Conselheiros titulares presentes na reunião:

- Ademir Bernardino
- André Castilho Ferreira
- Andrea Costa de Souza Duarte



Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



- Gabriel Pavani Brandino
- Maria Cristina Corredor Amaral
- Michel Alencar Ferreira
- Ana Luiza Hatikian Negrão
- Jucemara Maria Soares Evangelista
- Jacksyara de Souza Pauferro
- Fabiana Vercelli Grosso
- Antônio Rodrigues dos Santos
- Regina Célia de Oliveira
- Rejane da Costa Oliveira
- Arnaldo Luiz Barboza
- Suzete Souza Franco
- Edna Maria Brasil

Edna Maria Brasil
Presidente do C.M.S.

Rejane da Costa Oliveira
Secretária Executiva do C.M.S.

Fernando Machado Oliveira
Secretário de Saúde

Homologo a Resolução CMS 328, de 10 de setembro de 2026, nos termos da Lei nº. 3969/05.